

CORREIO ECONÔMICO



Medida federal visa 'privatizar' fundo do trabalhador

Fim do saque-aniversário do FGTS deve favorecer bancos

Recurso extra para as combalidas finanças do assalariado, o saque-aniversário do FGTS está com os dias contados, se depender do projeto de lei, com esta finalidade, a ser enviado pelo governo ao Congresso Nacional, em novembro, informou o ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Pelo mecanismo atual, o trabalhador pode sacar, uma vez por ano, parte do fundo, no mês de

seu aniversário.

No mesmo projeto, a pasta petista propõe a criação do consignado ao setor privado - com inclusão do trabalhador doméstico (reduzido da esquerda), por meio de uma plataforma que reuniria todos os bancos cadastrados para a concessão do empréstimo. Seria o mesmo que privatizar o uso do fundo cidadão, que ficaria à disposição da 'banca'.

Quarentena

Aparentes melhorias à parte, a proposição do Planalto impõe inéditas restrições ao trabalhador, que não mais poderá retirar o saldo, em caso de demissão sem justa causa, se este optar pelo saque aniversário, e teria de cumprir uma 'quarentena' de dois anos.

Privatização

No novo formato 'privatista' da iniciativa petista, será 'facilitado' o acesso do trabalhador do setor privado ao 'mundo maravilhoso' do crédito consignado, com desconto direto na folha de pagamento, mediante o uso de uma plataforma, sob gestão da Caixa Econômica Federal.



Alívio tributário não retira atraso tecnológico industrial

'Alívio' na tributação não recupera desindustrialização

A despeito da voracidade fiscal crescente do Planalto sobre o bolso do cidadão, à medida que se aproxima o pleito municipal, este agora acena com uma iniciativa que promete (é claro) reduzir para dois anos o prazo para a tributação de empresários de 23 setores econômicos, que adquiram bens de capital, como

máquinas, equipamentos e aparelhos. Coincidência ou não, dois anos é o tempo que falta para nova eleição presidencial. O Programa de Depreciação Acelerada (PDA) prevê que, ao adquirir um bem de capital, um empreendimento poderá abater o valor nas declarações futuras de IRPJ e da CSLL, em dois anos.

Quimera oficial

Iniciativa de Estado que demanda diversos governos, a recuperação da competitividade industrial demandaria pesados investimentos educacionais, ao invés do 'discurso' de meras trocas de máquinas, para elevar a produtividade e avançar a eficiência energética.

'Sopa' de números

Entre as metas, supostamente ambiciosas, o programa federal pretende destinar, em sua primeira etapa, um montante de R\$ 3,4 bilhões em créditos financeiros para a compra de máquinas e equipamentos, dos quais, R\$ 1,7 bilhão, este ano, e a outra metade, em 2025.

Seguro cresce

Mediante um crescimento de 15,1% em relação ao mesmo período do ano passado, o setor brasileiro de seguros apresentou uma arrecadação de R\$ 249,9 bilhões entre janeiro e julho deste ano, segundo informou a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Acumulado

Se considerado o acumulado do ano, até julho último, os segmentos de seguros de pessoas (com acréscimo de R\$ 105,2 bilhões, em contribuições) e de previdência apresentaram crescimento mais significativo, de 1,1% e de 8%, respectivamente, no comparativo anual.

Crescimento do varejo é o mais equilibrado do país

Avanço do setor reflete alta da renda familiar e da concessão de crédito

Por Marcello Sigwalt

Mais equilibrado e homogêneo que os demais setores econômicos, ao longo do ano, o crescimento do varejo tem sido impulsionado pelo avanço de renda das famílias e da concessão de crédito (leia-se, empréstimos e financiamentos) no país. É o que aponta a análise de economistas, a respeito do comportamento da economia, deste o início de 2024.

No detalhe de tal performance, a economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), Geórgia Velloso, destaca o desempenho mais favorável dos segmentos mais associados à renda, embora ela admita, também, que aqueles atrelados ao crédito também mereçam registro. "Assim, começamos a observar resultados ligeiramente mais homogêneos no varejo", admitiu. Entre os 'impulsionadores' do avanço varejista, ganham destaque o avanço dos salários e da ocupação, bem



Tânia Rêgo - Agência Brasil

Crescimento do varejo se caracteriza pela homogeneidade e equilíbrio

como programas de transferência de renda, que influem diretamente na capacidade de aquisição de itens básicos, como alimentos e remédios, por parte das famílias.

O gerente da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, Cristiano Santos entende que o setor tem como "carros-chefes, os hiper

e supermercados e os artigos farmacêuticos, médicos e de perfumaria, que funcionam como âncoras, como aconteceu em 2023. Mas, em 2024, há uma distribuição mais positiva, a maioria das atividades cresce".

Outro destaque para o resultado geral, o segmento de veículos, motos, partes e

peças acumula alta de 13,4% nos primeiros sete meses do ano, como reflexo das medidas que facilitaram o crédito à Pessoa Física para aquisição de veículos, com avanço anual de 33% nas concessões, em igual período, e de 18% em 12 meses, estima o economista da MCM Consultores, Caio Napoleão.

Setor de viagens em plena recuperação

Prova clara de recuperação da crise econômica devastadora provocada pela pandemia, o setor de viagens comemora um crescimento de 71,5%, entre os anos de 2021 e 2023, conforme dados da PNAD Contínua do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ao exibir uma 'decolagem' gradual na proporção de domicílios, em que, pelo menos um morador declarou ter viajado no período de referência do módulo de

Turismo da pesquisa, que subiu 19,8%, em 2023; em contraste com 2021, que cresceu apenas 12,7% e 13,9% em 2020.

Em outro indicativo, em 2020, primeiro ano pandêmico, o número estimado de viagens chegou a 13,6 milhões, caindo, no ano seguinte, para 12,3 milhões, mas saltou para 21,1 milhões, em 2023, quando foi declarado o fim da emergência sanitária, o que representou uma elevação de 71,5%.

Se considerada a motivação, 85,7% das viagens tiveram finalidade pessoal - com destaque para o lazer, que participou com 38,7% das respostas nesse quesito - vindo em seguida a opção 'visita ou evento de familiares e amigos, com 33,1% das respostas. Também mereceu menção o fato de que 82,4% das viagens de cunho profissional visavam negócio ou trabalho e 11,6%, para eventos e curso para desenvolvimento

profissional. No caso específico do lazer, a busca por sol e praia correspondeu a 46,2% das viagens com essa finalidade.

Embora representem 22% dos 77,4 milhões dos domicílios estimados no país, a classe de menor rendimento (renda mensal inferior a meio salário mínimo per capita) respondeu por apenas por 12,9% daqueles que admitiram ter viajado no período de referência da pesquisa. (M.S.)

PF promete 'fechar o cerco' contra bets

Por Marcello Sigwalt

A recorrente frequência de casos envolvendo a triangulação formada pela criminalidade (aquí incluídas as chamadas influencers)-bets (apostas online)-lavagem de dinheiro se tornou alvo de preocupação da Polícia Federal (PF), que pretende 'fechar o cerco' do fluxo econômico do crime organizado, admitiu, ao jornal Estadão, o diretor do órgão, Andrei Rodrigues.

Durante jantar promovido pelo grupo 'Esfera Brasil', na última quinta-feira (12) - Rodrigues foi direto: "Precisamos fechar o cerco ao fluxo econômico do crime organizado, de bilhões e bilhões, a partir da investigação financeira, da cooperação internacional, da capacitação e de parcerias de entre empresas privadas e a Polícia Federal".

Exemplo de 'furos' decorrentes da atual regulamentação, há o fato de que as apostas on-



Polícia Federal

Profusão de crimes ligados a bets acende alertas às autoridades

line se aproveitarem de 'brechas' na Lei Eleitoral para 'criar' um novo tipo de mercado, ofertando prêmios a quem acertar quais serão os vencedores das eleições às prefeituras de São Paulo, Rio e Belo Horizonte. Sintomaticamente, após a publicação da reportagem, três das cinco bets

que promoviam tais apostas cancelaram o serviço.

Indo mais fundo no tema, o chairman do Esfera, João Camargo, e o presidente do Google Brasil, Fábio Coelho, chamaram a atenção do diretor da PF que o maior risco das bets é no longo prazo. Além de legalizar um

crime, antes restrito à contravenção, drenaria dinheiro empregado no consumo de bens e serviços. Isso sem contar com o dano social, de pessoas viciadas em apostas que deixam de comer, quando não perdem a casa própria.

Enquanto o empresariado cobra do governo 'medidas mais efetivas, que não pode se justificar pela arrecadação de impostos que proporciona, o Ministério da Fazenda, por sua vez, emitiu nota do tipo 'em cima do muro', ou seja, não responde aos alertas do segmento produtivo, mas se limita a afirmar que "apostas sem relação com temática esportiva ou jogos online não são previstas pela legislação, não podendo ser assim entendidas como legalizadas nem em fase de regulação ou adequação".

Setor imobiliário é crítico da tributária

Em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária pode sofrer uma nova alteração, que poderá fazer o texto voltar à Câmara. O governo e o setor imobiliário se opõem em torno do novo sistema de tributação sobre a venda de imóveis por empresas.

O projeto estabelece que as vendas de imóveis novos por

empresas, chamadas de incorporações, terão uma alíquota reduzida em 40%, o que valerá a 16,78% do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). O cálculo considera a alíquota padrão de 27,97% calculada pelo Ministério da Fazenda após a aprovação do texto na Câmara dos Deputados. As vendas de imóveis por pessoas físicas continuarão não tributadas, como ocorre atualmente.

O setor imobiliário criti-

ca as mudanças. Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), a carga tributária média sobre o segmento está entre 6,4% e 8%. A Cbic e outras entidades do setor, como a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), defendem a elevação do redutor da alíquota padrão de 40% para 60%, o que reduziria a alíquota de IVA para 11,98%.

A equipe econômica, no en-

tanto, afirma que os 16,78% de alíquota efetiva do texto atual nem sempre refletirão a carga tributária final, pois haverá um redutor social de R\$ 100 mil sobre o valor tributado, o que reduzirá o IVA para os imóveis populares.

O Ministério da Fazenda, por sua vez, esclarece que o imposto não incidirá sobre todo o valor do imóvel, mas sobre a diferença entre o custo da venda e o valor do terreno.